



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria de Legislação e Projetos

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

PARECER

Parecer nº52/2022 para Licitações- Assessoria de Legislação e Projetos

Parecer Impugnação- Pregão Eletrônico nº 08/2022

Veio a esta assessoria de Legislação e Projetos o encaminhamento realizado pelo Sr. Pregoeiro, acerca de Impugnação referente ao edital Pregão Eletrônico nº 08/2022, o qual tem por objeto a aquisição de Pneus, Câmaras e Colarinhos, na qual a impugnante CAMILA PAULA BERGAMO, relata a existência de condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente.

As condições constantes no edital, e impugnadas são relativas a: **1) exigência de DOT inferior a seis meses, 2) exigência da apresentação de certificado técnico de regularidade da atividade de importação e 3) certificado Inmetro em nome do fabricante**. A impugnante menciona que as exigências restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados a até mesmo de origem nacional.

Primeiramente, no tocante ao **1) DOT inferior a 06 meses**, exigência do edital e que foi impugnada tal exigência já se encontra pacificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, isto porque os pneus são itens básicos e repercutem diretamente na segurança e qualidade da prestação do serviço público.

Outrossim, o TCE/RS, já possui posicionamento quanto a matéria, senão vejamos recente julgado:

Processo de Representação nº 013053-0200/21-8

Exercício 2021

Entidade: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari –
CONSISA VRT



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria de Legislação e Projetos

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

Trata-se de Representação apresentada pela advogada Camila Paula Bergamo, em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2021, cujo objeto foi o registro de preço para o fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores de câmaras de ar novos, para uso do SAMU VT e dos órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados ou referendados ao CONSISA VRT. A insurgência diz respeito quanto ao item 11.2.4.e do Edital de Abertura, que previa como obrigação da contratada oferecer produtos fabricados há menos de seis meses a contar da data de entrega, sob os argumentos de que essa exigência seria arbitrária e configuraria proibição velada à participação de produtos importados. Intimado, o CONSISA VRT prestou informações, alegando que a possibilidade de exigência de entrega de pneus com DOT inferiores a seis meses já está pacificada nos Tribunais e é prática comum na grande maioria dos procedimentos licitatórios, assim requereu a improcedência do pleito¹. Em análise ao presente processo, a Auditoria conclui pela ausência da ilegalidade no Pregão Eletrônico e sugeriu a improcedência do pedido cautelar². Na sequência, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por meio do Parecer nº 6906/2021³, da lavra do Procurador-Geral Geraldo Costada Camino, opinou pelo arquivamento monocrático do feito, nos termos do artigo 9º combinado com o artigo 12, ambos da Resolução TCE nº 1120/2020. É o Relatório. Passo à decisão. Incialmente, ressalto que concordo com o entendimento trazido pelo Serviço de Auditoria, e corroborado pelo MPC, no sentido de ser legal a exigência editalícia de data de fabricação (DOT) inferior a seis meses, tendo-se em vista a necessidade de salvaguarda do interesse público na compra dos pneus, consoante já assentou esse Tribunal de Contas nos processos nº 30367-0200/19-4 e nº 032531- 0200/20-7. Diante do exposto, com fulcro nos arts. 9º e 12 da Resolução TCE nº 1120/2020, decido pelo arquivamento da presente denúncia. Determino a cientificação do MPC, da Postulante e do CONSISA VRT acerca da presente decisão. Ao Sproc para providências.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria de Legislação e Projetos

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06*

Ademais, nos dias atuais é possível entregar, no interior do Rio Grande do Sul, dentro de um prazo de seis meses, um pneu produzido em qualquer parte do mundo. Assim, a exigência do “DOT” de até seis meses é legal e está dentro do campo discricionário do administrador público, que ao fazê-lo, age com zelo, na segurança e boa prestação do serviço público.

Vale ressaltar, que está impugnante já apresentou representação referente a matéria junto ao TCE/RS, que entendeu que o regramento editalício em nenhum momento restringiu o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Outrossim, foi impugnado também a **2) Certificação Inmetro dos produtos em nome do fabricante (impossibilidade de participação de empresas que comercializam produtos importados).**

Outro ponto impugnado foi o **3) Certificado técnico de regularidade da atividade de importação. (documento de terceiro alheio a disputa), somente certificado do inmetro para suprir todas as demandas as qualificações técnicas**

No tocante ao licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA nº 237/1997 estabelece a obrigação de licenciamento, emitida pelo IBAMA, se o produto for nacional. Neste sentido, é o disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, Anexo VIII, da Lei nº 6.938/1981, e a Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013 (Anexo I), alterada pela IN IBAMA nº 11/2018 (Código 9-6/Fabricação de pneumáticos e Código 21-45/Importação de pneus).

Já o controle do cumprimento das normas relativas à logística reversa (Lei nº 12.305/2010) é feito pela União, a partir de informações que os fabricantes e importadores, cadastrados junto ao IBAMA, prestam regularmente. Por conseguinte, o Município pode em tese, requerer do vencedor do processo licitatório, na celebração do contrato, que declare atender as exigências relativas à logística reversa, previstas na Resolução CONAMA nº 416/2009, a partir de informações que os fabricantes e importadores, cadastrados junto ao IBAMA, prestam regularmente.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria de Legislação e Projetos

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

Assim, o TCE/RS, em cognição sumária, reconheceu como restritiva a exigência de Certificado de Regularidade Técnica Federal, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, exclusivamente em nome da fabricante, na medida em que a Resolução CONAMA nº 416/2009 dispõe que o documento em questão é requisito para as empresas que importam, fabricam, reformam e recondicionam pneus. A questão diz respeito à predileção de pneus nacionais.

Em razão da observância do princípio da isonomia, não é possível haver discriminação entre produtos estrangeiros e produtos nacionais, notadamente quanto à naturalidade geográfica da fabricação dos produtos, salvo no caso de desempate, in verbis:

Lei 8.666/1993 Art. 3º (...) § 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I – (Revogado). II – produzidos no País; III – produzidos ou prestados por empresas brasileiras; IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

Por último, impõe-se salientar que o INMETRO, criado pela Lei nº 5.966/73, possui competência para estabelecer as especificações mínimas para segurança dos pneus (sejam nacionais e/ou internacionais), utilizando, inclusive, a especificações da metrologia internacional. Aliás, por força da Portaria nº 165 de 30/05/2008, todo pneu vendido no Brasil tem que ter a estampa do INMETRO, para fins de comprovar a sua aprovação para uso no país.

Isso posto, os pedidos formulados na impugnação devem ser julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES, sendo retificado o edital nos seguintes termos:

Onde se lê: Item. 5.1.2. f) Certificado INMETRO, do fabricante, devidamente autenticado, para quem cotar pneus. (exceto para pneus fora da estrada), conforme portaria 482/2010.

Passe a constar certificação/registro somente do Inmetro apenas.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria de Legislação e Projetos

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

Onde se lê: 5.1.2.e) Cadastro Técnico federal junto ao IBAMA de acordo com a natureza do produto . Certificado técnico de regularidade da atividade de importação (produto importado) e/ou certificado de fabricação (produto nacional).

Seja excluída a exigência técnica de “certificado técnico de regularidade da atividade de importação (produto importado)” e **passe a constar o CTF IBAMA em nome do fabricante OU do Importador.**

Diante do exposto, da impugnação recebida, se faz necessária a retificação do edital dos pontos necessários e posteriormente republicado nos meios oficiais.

É o parecer.

A apreciação do Pregoeiro Oficial.

Boa Vista do Cadeado/RS, 30 de março de 2022.

Andressa A. Strada

Andressa Antonia Strada

OAB/RS 116.794

Assessora de Legislação e Projetos

Vinicius Mainardi Copetti

Vinicius Mainardi Copetti

Pregoeiro- Matrícula 1849

*Defino o parecer nº 52/2022
do Arquivo de Legislação Projetos.*